

**RELATÓRIO DA DIRETORIA****CENÁRIO ECONÔMICO**

O cenário internacional em 2009 foi melhor que o do ano anterior. Entretanto, as principais economias da América do Norte e Europa ainda se ressentem dos efeitos da crise financeira global e apresentam incertezas quanto à retomada sustentável do crescimento de suas atividades econômicas. Em 2009, grande parte das economias desenvolvidas apresentaram desempenhos bastante negativos. Nesse contexto, o desempenho da economia brasileira não foi o esperado, considerando que ocorreu uma retração do PIB de 0,2% e do nível de investimentos, mas sobrevivendo, por outro lado fatos positivos, como a queda do índice de desemprego, o cumprimento da meta anual de inflação e a expansão do consumo das famílias. Nessas condições, o Brasil manteve a 9ª (nona) posição no ranking das maiores economias mundiais. Influenciado pela desvalorização do dólar, o barril do petróleo sofreu forte alta ao longo do ano e fechou cotado ao nível de US\$ 80/barril. Essa combinação de fatores interferiu diretamente nos preços e nas margens de nossos produtos.

PRODUÇÃO

A produção de LAB atingiu 156 mil toneladas, menor do que o ano anterior em 2,0%, enquanto a de LAS atingiu 56 mil toneladas, 17,7% maior quando comparado com o ano de 2008, o que permitiu o pleno atendimento do mercado e a manutenção de níveis adequados dos estoques. Prosseguiu a busca pela melhoria do desempenho operacional, visando à otimização do consumo de matérias-primas e de recursos naturais (energia elétrica, gás natural e água).

VENDAS

Em 2009 as vendas de LAB e LAS ao mercado interno, expressas em LAB equivalente, apresentaram crescimento de 3,3% em relação ao ano anterior, apesar do desempenho negativo dos primeiros meses,

motivado pela crise financeira que levou à redução dos estoques na cadeia, mais do que compensado pela performance das vendas a partir de julho. Esse crescimento é atribuído ao contínuo movimento de ascensão social e à melhoria do poder aquisitivo das classes C, D e E ocorrido nos últimos dois anos.

As exportações cresceram 22,0% em 2009, fruto de maiores volumes de vendas no mercado *spot*.

DESEMPENHO

O faturamento bruto de R\$ 746,0 milhões foi menor em 13,4% em relação ao ano anterior, apesar das maiores vendas de LAB equivalente em 2009, pois ocorreu redução dos preços do LAB e LAS, em linha com o ocorrido no mercado internacional.

O lucro líquido atingiu R\$ 132,9 milhões, principalmente em função de ganho excepcional com a discussão judicial sobre tributos. Desconsiderada essa excepcionalidade, o lucro líquido seria 18% inferior ao de 2008.

GESTÃO CORPORATIVA

Diversas ações e programas associados à responsabilidade social e à proteção do meio ambiente, bem como de valorização da força de trabalho e de criação de conceitos de sustentabilidade junto à sociedade, estarão descritos no Balanço Social, a ser publicado em seqüência.

A DETEN reitera seus agradecimentos a todas as partes envolvidas em suas atividades: Clientes, Acionistas, Empregados, Fornecedores, Órgãos Governamentais Federais, Estaduais e Municipais, COFIC, ONGs e Comunidades, em especial às vizinhas Camaçari e Dias D'Ávila, pela importante contribuição para as realizações alcançadas em 2009.

BALANÇO SOCIAL 2009**INVESTIMENTO SOCIAL INTERNO**

- **Oficina de Ideias e Inovações** – A DETEN reconheceu e premiou os empregados que apresentaram as melhores ideias e inovações que geraram impactos econômicos ou de relevância organizacional. Dentre as Ideias/Inovações, 26 foram implantadas, das quais 09 foram indicadas para premiação e, destas, 5 foram premiadas.
- **Educação e treinamento** – A Empresa investiu 0,060% do seu faturamento líquido em aprimoramento intelectual de sua força de trabalho. Incluem-se bolsas parciais de estudo em cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e língua estrangeira.
- **Programa de estágio** – A Empresa manteve sua ação de transferir experiência prática para jovens em formação. Em 2009, técnicos e universitários, representando 8,7% do quadro de pessoal, estagiaram na DETEN.
- **Emprego a portadores de necessidades especiais** - A DETEN, atendendo o que preconiza a lei, mantém no seu quadro de pessoal portadores de necessidades especiais e empregados reabilitados.
- **Previdência privada** - A Empresa proporciona a seus empregados a participação no Fundo de Previdência Privada IHPrev, que suplementa aposentadorias e pensões, melhorando a qualidade de vida dos seus aposentados e pensionistas. Em 2009, o investimento foi de R\$ 1,194 milhão.
- **Programa de Qualidade de Vida** – como parte do programa, a Empresa ofereceu gratuitamente aos seus empregados vacinas contra Gripe, Febre Amarela, Meningite, Rubéola, Tétano e Hepatite B.
- **Alimentação do trabalhador** – A DETEN proporciona alimentação balanceada, cardápio variado e opções de dietas, além de orientação nutricional personalizada para empregados, estagiários e contratados.
- **Transporte do empregado** – A DETEN, participando de *Pool I* de ônibus do Pólo Industrial de Camaçari, oferece transporte aos empregados, estagiários e mão de obra temporária por meio de ônibus climatizados e em roteiros planejados que gerem o menor tempo possível de viagem.
- **Ginástica e ergonomia** – Como parte do Programa de Qualidade de Vida e Promoção da Saúde, a Empresa manteve, em 2009, a realização de ginástica laboral e orientações ergonômicas, envolvendo sistematicamente 80% da sua força de trabalho.
- **Atendimento odontológico dentro da Empresa** – Em parceria com o SESI - Serviço Social da Indústria, foram realizadas, gratuitamente, em 2009, 496 procedimentos odontológicos a empregados, terceiros e estagiários. Vale ressaltar que o consultório odontológico passou por uma grande reforma a fim de proporcionar mais conforto aos pacientes e profissionais, vindo a funcionar somente a partir do mês de agosto.
- **Coral DETEN** - O Coral DETEN, formado por voluntários de sua força de trabalho, participou em 2009 do XI Nordeste Cantat, em Maceió (AL), e realizou apresentação no Lar para Idosos São Francisco de Assis, em Camaçari, como parte do programa Arte Solidária.
- **GREDE - Grêmios Desportivos DETEN** – A Empresa investe em apoio ao grêmios de empregados na promoção de confraternizações tradicionais (Natal, São João, Dia das Mães, Dia dos Pais e Dia das Crianças). O GREDE oferece aos associados diversas opções de lazer e convênios com clube social, estabelecimentos comerciais e escolas.
- **Participação nos lucros e resultados** - Em 2009, a DETEN manteve a prática instituída desde 1981 e pagou bonificação de 5,87 salários aos seus empregados, sob a forma de PLR - Participação nos Lucros e Resultados, como parte de seu Programa de Remuneração Variável.

INVESTIMENTOS EM MEIO AMBIENTE, HIGIENE, SAÚDE E SEGURANÇA

Em 2009, foram investidos cerca de R\$ 6 milhões, principalmente em projetos de economia energética, redução e melhoria da qualidade das emissões atmosféricas, confiabilidade das plantas e prevenção de doenças e acidentes ocupacionais.

Houve redução significativa (55%) no número de acidentes pessoais envolvendo nossa força de trabalho, todos "sem afastamento", destacando-se que, pelo 4º ano consecutivo, não ocorreram acidentes "com afastamento".

Consolidação do Programa Trilha Segura, programa de segurança baseado em comportamento humano, que objetiva desenvolver na nossa força de trabalho a percepção de riscos através da identificação dos perigos e minimização dos riscos que existem nas atividades e ambientes de trabalho. A DETEN cumpriu 100% dos objetivos e metas ambientais, tendo como principais destaques:

- ✓ Controle na fonte - Implantação de 7 projetos visando a redução do consumo de recursos naturais;
- ✓ Programa de emissões fugitivas - Todos os pontos monitorados (mais de 3,5 mil) ficaram abaixo do limite estabelecido;
- ✓ Responsabilidade socioambiental - Apoio a ONGs, tendo como uma das principais ações a plantação de 45.349 mudas de árvores típicas da região para recuperação do Anel Florestal do Pólo Industrial de Camaçari.

Programa Efluente Zero (PEZ) – A cada ano, a empresa vem obtendo bons resultados através desse programa. Em 2009, a média da vazão de efluente para a CETREL foi de 5,6 m³/h (excluindo chuvas), demonstrando mais uma vez uma redução significativa de efluente líquido quando comparado aos 15 m³/h gerados em 2002. O PEZ foi indicado em 2008 como caso de sucesso pela CETREL e veiculado pela mídia (Jornal A Tarde e rádios). Vale lembrar que, em 2005, a DETEN foi vencedora do 6º prêmio FIEB de Desempenho Ambiental 2005, na modalidade Produção Mais Limpa, classificando-se em segundo lugar no Prêmio Bahia Ambiental – categoria empresa sustentável, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) do Governo do Estado da Bahia, onde foram reconhecidas as ações ambientais empreendidas por empresas, universidades, ONGs e indústrias.

Foi realizada a 8ª **Oficina de Saúde e Meio Ambiente**, tendo como destaque a palestra do diretor do Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros (INCECC), Álvaro Oyama, demonstrando como as escolas de Camaçari e Dias d'Ávila estão engajadas para reflorestamento do litoral norte baiano entre o Pólo Industrial e a Costa do Sauipe. A campanha foi encerrada com a Caminhada Ecológica com grande participação dos empregados e familiares.

Em comemoração ao **Dia Mundial da Água** (22 de março), a DETEN realizou campanha para conscientização dos empregados sobre seu consumo racional. A programação incluiu Diálogos Preventivos sobre os temas em todas as áreas, distribuição de pôsteres e uma apresentação do Prof. Dr. Asher Kiperstok com o tema "O desafio da ecoeficiência cresce – uma análise à luz das mudanças climáticas".

A Empresa manteve-se associada, através de sua empresa controladora CEPESA Química, à **CLER – Council for LAB/LAS Environmental Research** e à **ECOSOL – European Chemical Industry Council**, organizações americana e europeia, respectivamente, voltadas para a contínua pesquisa da compatibilidade ambiental e da biodegradabilidade do LAS, produzido a partir do LAB, principal produto da DETEN.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

A DETEN anualmente avalia o desempenho de seus fornecedores. Pelo segundo ano consecutivo, submeteu-se à avaliação destes por meio de pesquisa, com o objetivo de avaliar o seu grau de satisfação. O resultado indicou que 96,64% dos fornecedores avaliaram o desempenho da Empresa como excelente a bom. Dentro do processo de gestão de fornecedores, foi consolidada a parceria com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia - FIEB, por meio do Programa de Qualificação de Fornecedores - PQF, com a promoção de Palestras e Cursos.

INVESTIMENTOS SOCIOAMBIENTAIS EXTERNOS

A Empresa tem como política o apoio a instituições comprometidas com projetos socioambientais. Em 2009 foram investidos R\$ 666 mil nos seguintes projetos:

TAMAR – Base Arembepé – Apoio ao programa brasileiro de preservação das tartarugas marinhas, com 29 anos de atuação e que tem como missão proteger as cinco espécies de tartarugas que ocorrem no Brasil. Em 2009, 2.346 tartarugas desovaram na área de cobertura da base, resultando na liberação de 184.724 filhotes ao mar. Nesse período, foram registradas 61.300 participações de pessoas nos diversos programas desenvolvidos, sendo: 24.272 visitantes na base, 481 em palestras, 2.065 em eventos comunitários, 4.479 em eventos de soltura dos filhotes, 27.881 em exposições, 1.622 estudantes do ensino fundamental e 500 na escolinha do TAMAR. A comunidade circunvizinha está fortemente comprometida com o projeto, visto que 81% das pessoas envolvidas com o manejo e a preservação das tartarugas são moradores das comunidades costeiras.

Fábrica de Florestas - Corredor Ecológico – Apoio ao INCECC - Instituto Corredor Ecológico Costa dos Coqueiros. Em 2009, foram plantadas 45.349 mudas de árvores típicas da região para recuperação do Anel Florestal do Pólo Industrial de Camaçari e sua futura ligação ao Corredor Ecológico, das quais 30.000 foram patrocinadas pela DETEN.

Fundação VOVÓ DO MANGUE - Projeto de apoio à ONG Vovó do Mangue para replantio e recuperação de áreas de manguezal. Em 2009, foram geradas 16.600 mudas no viveiro do projeto e promovida a manutenção na recomposição de cerca de 11.000 m² de áreas de manguezais degradados, com plantio de 13.444 mudas de mangue.

Programa Menor Aprendiz – A DETEN deu continuidade à sua participação na formação de adolescentes carentes em parceria com a Acopamec - Centro do Menor João Paulo II, associação das comunidades paroquiais de bairros carentes de Salvador (Mata Escura e Calabetão).

A DETEN manteve, em 2009, seu programa de receber a visita de alunos de ensino médio e superior, tendo recebido 126 estudantes em 8 ocasiões em 2009.

• **Projetos com o COFIC – Comitê de Fomento Industrial de Camaçari - associação que congrega empresas do Pólo Industrial de Camaçari e exerce os papéis de articulação e coordenação de ações de natureza coletiva:**

Ver de Dentro – Programa de visitas às empresas do Pólo Industrial para manter as comunidades informadas sobre as atividades e controles de riscos do Complexo Industrial. A DETEN foi visitada em uma ocasião, totalizando 32 pessoas entre alunos e professores de uma escola pública de Dias d'Ávila - Escola Normélio Moura. Nos últimos três anos a DETEN recebeu a visita de 235 pessoas de comunidades vizinhas. Em 2009, o projeto totalizou 37 visitas por meio do Ver de Dentro, das quais 09 para o Parque Sauipe, envolvendo 18 empresas associadas.

Prêmio de Incentivo à Educação - PIE – Em 2009, participaram das 127 atividades do PIE (carga horária total de 488h) 330 professores de 68 escolas (48 de Camaçari e 20 de Dias d'Ávila) e 2.170 alunos ouvintes, além de 76 multiplicadores, 39 pais de alunos e 21 funcionários.

DOAÇÕES E AÇÕES DE VOLUNTARIADO

Programa Coleta Seletiva - Como resultado da venda de materiais reaproveitáveis, foram distribuídos R\$ 12.000,00 (doze mil reais), em quotas de R\$ 3.000,00 (três mil reais), por meio do "cheque verde", para duas entidades em Camaçari: Creche Esperança e Escola Comunitária Recanto das Árvores; e duas em Salvador: Canore - Cooperativa de Catadores da Nova República e Lar Pérola de Cristo. No total foram enviados aproximadamente 15 toneladas de papel, papelão, plástico e vidro para a Cooperativa de Matérias Recicláveis de Camaçari – COOPMARCO. O material recolhido é doado a esta cooperativa, que ajuda na subsistência de aproximadamente 44 pessoas, o que tem sido motivo de orgulho para a comunidade interna. Além desses materiais, a DETEN recicla lâmpadas, óleo lubrificante, pilhas e baterias e sucata metálica, entre outros.

Ações de voluntariado – O CORAL arrecadou e doou ao Lar para Idosos São Francisco de Assis, em Camaçari: 194 itens de higiene pessoal, 92 itens de material de limpeza, 63 itens de alimentos e 416 itens de vestuário (roupas e sapatos), como parte do Projeto Arte Solidária.

CERTIFICAÇÕES EM NORMAS INTERNACIONAIS

Certificação e Recerificação – Em agosto de 2009, a DETEN com seu Sistema Integrado de Gestão Avançada – SIGA passou mais uma vez pela auditoria de manutenção das normas Segurança e Saúde Ocupacional (OHSAS 18.001:2007) e Ambiental (ISO 14001:2004). Na oportunidade conquistou o *up grade* da norma de Qualidade (ISO 9001:2008).

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Prêmio Pólo de Segurança, Saúde Higiene e Meio Ambiente – Apesar de a premiação não ocorrer este ano, uma vez que sua frequência é anual, a DETEN realizou auditoria com consultores externos especializados no Guia do Prêmio Polo e atingiu 97,09% de conformidade, demonstrando a melhoria contínua dos processos de gestão da Empresa e o compromisso com as questões de SSHMA.

Programa Atuação Responsável – ABIQUIM – A auditoria VERIFICAR (Programa da Auditoria da ABIQUIM) avaliou positivamente os processos da DETEN e confirmou o alinhamento às diretrizes do programa Atuação Responsável.


BALANÇO SOCIAL 2009

>>> Continuação

Prêmio Regional do IEL – Instituto Euvaldo Lodi – Melhores Práticas de Estágio – 1º lugar – categoria média empresa pelo segundo ano consecutivo.

Prêmio Nacional do IEL – Instituto Euvaldo Lodi – Melhores Práticas de Estágio – 3º lugar – categoria média empresa.

A DETEN foi citada espontânea e positivamente na mídia escrita em 15 ocasiões durante o ano de 2009.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro 2009 e 2008 (Em milhares de reais)				
DESCRIÇÃO	2009	%	2008	%
1 - RECEITAS	739.749		858.315	
1.1 - Vendas de mercadorias, produtos	739.631		858.112	
1.2 - Outras	118		203	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui ICMS e IPI)	512.194		583.536	
2.1 - Matérias-primas consumidas	407.366		481.010	
2.2 - Custo das mercadorias e serviços vendidos	69.858		56.735	
2.3 - Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	48.684		44.205	
2.4 - Perda / Recuperação de valores ativos (reversão de provisão)	(13.714)		1.586	

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Exercícios findos em 31 de dezembro 2009 e 2008 (Em milhares de reais)				
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	227.555		274.779	
4 - RETENÇÕES	12.382		11.426	
4.1 - Depreciação e amortização	12.382		11.426	
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	215.173		263.353	
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	42.716		48.819	
6.1 - Resultado de equivalência patrimonial	(29)		(2)	
6.2 - Receitas financeiras	42.745		48.821	
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	257.889		312.172	
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	257.889	100,0	312.172	100,0
8.1 - Pessoal e encargos	31.515	12,2	30.998	9,9
8.2 - Impostos, taxas e contribuições	158.397	61,4	182.440	58,4
8.3 - Juros e aluguéis (reversão de provisão)	(64.900)	(25,2)	32.970	10,6
8.4 - Juros sobre capital próprio e dividendos	126.233	48,9	62.476	20,0
8.5 - Lucros retidos / prejuízo do exercício	6.644	2,6	3.288	1,1

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Em 31 de dezembro - Em milhares de reais

ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
	2009	2008		2009	2008
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.078	4.842	Fornecedores (Nota 11)	7.923	6.825
Títulos e valores mobiliários (Nota 3)	258.325	402.631	Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	13.300	605
Contas a receber de clientes (Nota 4)	107.711	75.379	Bonificações e comissões a pagar	5.172	7.467
Estoques (Nota 5)	43.620	72.503	Obrigações tributárias	5.726	9.616
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	17.777	6.407	Impostos parcelados (Nota 13 (a))	233.487	-
Outros ativos	1.394	2.040	Obrigações trabalhistas	10.005	8.728
	<u>429.905</u>	<u>563.802</u>	Dividendos a pagar (Nota 14 (f))	38.581	60.427
Não circulante			Outros passivos	1.590	1.838
Realizável a longo prazo				<u>315.784</u>	<u>95.506</u>
Depósitos judiciais (Nota 13)	39.462	37.121	Não circulante		
Almoxarifado	6.629	6.557	Imposto de renda diferido (Nota 15 (c))	2.952	2.334
Imposto de renda diferido (Nota 15 (b))	4.767	38.708	Partes relacionadas (Nota 7 (a))	3.757	3.786
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 6)	378	285	Provisão para contingências (Nota 13)	9.871	402.179
	<u>51.236</u>	<u>82.671</u>		<u>16.580</u>	<u>408.299</u>
Investimentos (Nota 8)	5.339	5.369	Patrimônio líquido (Nota 14)		
Imobilizado (Nota 9 (a))	87.521	87.088	Capital social	213.056	204.945
Intangível (Nota 9 (b))	5.132	4.849	Reserva de capital	-	8.111
Diferido (Nota 10)	461	612	Reserva de lucros	34.174	27.530
	<u>149.689</u>	<u>180.589</u>		<u>247.230</u>	<u>240.586</u>
Total do ativo	<u>579.594</u>	<u>744.391</u>	Total do passivo e patrimônio líquido	<u>579.594</u>	<u>744.391</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2009	2008
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	697.408	816.710
Mercado externo	48.593	45.006
Impostos sobre vendas	(193.674)	(225.080)
Bonificações e devoluções	(44.452)	(48.203)
Receita líquida de vendas	507.875	588.433
Custo dos produtos vendidos	(408.076)	(479.955)
Lucro bruto	99.799	108.478
Despesas operacionais		
Com vendas	9.132	10.575
Gerais e administrativas	25.491	16.504
Honorários dos administradores (Nota 7 (b))	2.721	2.396
Depreciações e amortizações (Notas 9 e 10)	923	887
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 8 (b))	29	2
Participação dos empregados e administradores nos resultados	4.789	4.354
Outras despesas operacionais, líquidas (Nota 13 (a), (b) e (e))	(13.832)	1.382
Lucro operacional antes do resultado financeiro	70.546	72.378
Despesas financeiras (Nota 16)	65.103	(32.858)
Receitas financeiras (Nota 16)	42.745	48.821
Lucro antes do imposto de renda	178.394	88.341
Imposto de renda (Nota 15 (a))	(10.957)	(28.093)
Constituição / (reversão) de imposto de renda diferido ativo (Nota 15 (a))	(33.941)	6.010
Constituição de imposto de renda diferido passivo (Nota 15 (a))	(619)	(494)
Lucro líquido do exercício	132.877	65.764
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	99.327.769	95.546.497
Lucro líquido por ação do capital social no fim do exercício – R\$	1,34	0,69

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercício findo em 31 de dezembro
 Em milhares de reais

	2009	2008
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido antes do imposto de renda	178.394	88.341
Ajustes		
Depreciação e amortização	12.383	11.427
Valor residual do ativo imobilizado baixado	(1)	90
Resultado de equivalência patrimonial	29	2
Constituição (reversão) de provisão para contingências, líquida	(921)	66.009
Constituição de imposto de renda diferido passivo	619	494
Reversão (constituição) de imposto de renda diferido ativo	33.941	(6.010)
Variações monetárias, líquidas	(73.580)	24.881
	<u>(27.530)</u>	<u>96.893</u>
Variações nos ativos e passivos		
Títulos e valores mobiliários	144.306	(52.001)
Contas a receber de clientes	(32.333)	37.930
Estoques	28.885	(25.594)
Outros ativos	(11.015)	(7.567)
Fornecedores	1.097	(19.460)
Obrigações tributárias	(3.413)	3.407
Provisão para contingências	(86.665)	(2.910)
Outros passivos	(23.391)	3.934
Caixa proveniente das operações	168.335	122.973
Juros pagos	(477)	(868)
Imposto de renda pago	(22.784)	(27.152)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	145.074	94.953
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo imobilizado e investimentos	(12.948)	(13.915)
Recebimento pela venda de imobilizado	101	326
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(12.847)	(13.589)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização de empréstimos	(605)	(3.649)
Captação de empréstimos	12.695	-
Dividendos pagos	(148.079)	(82.367)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(135.991)	(86.016)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa	(3.764)	(4.652)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4.842	9.494
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.078	4.842

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continua >>>


DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Em milhares de reais

>>> Continuação

	Capital Social	Reserva de Capital - Incentivo fiscal	Reserva de Lucros - Reserva Legal	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2007	193.143	19.809	24.242	8.766	245.960
Aumento de capital com reserva (Nota 14 (b))	11.802	(11.802)	-	-	-
Incentivo fiscal de Imposto de renda (Nota 14 (d))	-	104	-	-	104
Lucro líquido do exercício	-	-	-	65.764	65.764
Destinação do lucro (Nota 14 (f))	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	3.288	(3.288)	-
Dividendos antecipados e propostos	-	-	-	(71.242)	(71.242)
Em 31 de dezembro de 2008	204.945	8.111	27.530	-	240.586
Aumento de capital com reserva (Nota 14 (b))	8.111	(8.111)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	132.877	132.877
Destinação do lucro (Nota 14 (f))	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	6.644	(6.644)	-
Dividendos antecipados	-	-	-	(87.781)	(87.781)
Dividendos propostos	-	-	-	(38.452)	(38.452)
Em 31 de dezembro de 2009	213.056	-	34.174	-	247.230

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
1. Contexto operacional

A Deten Química S.A. ("Deten" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, que, em 31 de dezembro de 2009, tem como controladores a Petresa Participações Ltda. (72% do capital total) e a PETROQUISA – Petróbras Química S.A. (28% do capital total), com sede no Pólo Petroquímico de Camaçari – Bahia. A Companhia tem como objeto social a produção de matérias-primas para a fabricação de tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, a comercialização de produtos químicos de sua fabricação ou de terceiros, inclusive a importação e exportação e, ainda, a participação em outras sociedades.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria e pelo Comitê Executivo da Companhia em 21 de janeiro de 2010.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras correspondem às normas e orientações que estão vigentes para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2009, que serão diferentes daquelas que serão utilizadas para elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, conforme descrito no item 2.2 a seguir.

Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e intangível, provisões necessárias para passivos contingentes, provisão para devedores duvidosos, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.1 - Descrição das principais práticas contábeis adotadas
(a) Apuração do resultado

O resultado do exercício é apurado pelo regime de competência. A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e é reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias são transferidos para o comprador. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita, portanto, a data em que o produto é entregue ao comprador.

(b) Ativos circulante e realizável a longo prazo

(i) Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

(ii) Os títulos e valores mobiliários referem-se a aplicações financeiras e estão registradas aos seus valores de mercado. Esses ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são mantidos para negociação ativa e frequente. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante, face sua liquidez imediata e ausência de restrição de resgate. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", no período em que ocorrem.

(iii) As contas a receber de clientes são avaliadas pelo seu valor líquido de realização. A provisão para devedores duvidosos é calculada com base nas perdas avaliadas como prováveis, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na realização das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

(iv) Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realização. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação.

(v) Os depósitos judiciais são registrados pelo valor efetivamente depositado judicialmente, acrescido das respectivas atualizações financeiras pela SELIC até a data do encerramento do exercício.

(vi) Os impostos a recuperar são registrados pelo regime de competência de acordo com as operações realizadas, e segregados no circulante e não circulante de acordo com a expectativa de realização.

(vii) Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos, as variações nas taxas de câmbio e as variações monetárias auferidos.

(c) Investimentos

A participação em sociedade controlada é avaliada pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo.

(d) Imobilizado

Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 1995. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 9 (a).

(e) Intangível

Demonstrado por gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares que gerarão benefícios futuros a Companhia, capitalizados e amortizados ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 9 (b).

(f) Diferido

Corresponde, principalmente, a despesas pré-operacionais, amortizadas pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na Nota 10. A Companhia optou por manter o saldo do diferido existente em 31 de dezembro de 2008, até sua completa realização. O diferido está sujeito à análise periódica de seu valor recuperável, conforme disposição do item 20 do CPC 13 – Adoção inicial da Lei nº 11.638/07.

(g) Análise da vida útil econômica do ativo imobilizado

A Companhia efetuará o estudo sobre a vida útil econômica dos bens e valores registrados no ativo imobilizado, de forma a avaliar a adequação das taxas e critérios adotados para cálculo de depreciação, no exercício a findar em 31 de dezembro de 2010, de acordo com o previsto no item 7 do ICP 10.

(h) Passivos circulante e não circulante

(i) Os benefícios pós-emprego são contabilizados com base nos cálculos efetuados por atuários independentes, baseados em premissas fornecidas pela Companhia.

(ii) As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

(iii) A participação dos empregados e administradores no resultado é provisionada com base em metas operacionais, sendo que tais valores estão sujeitos à aprovação de Assembleia Geral Ordinária.

(iv) As bonificações e comissões são contabilizadas pelo regime de competência com base nas compras efetuadas pelos clientes, de acordo com as condições comerciais contratadas.

(v) Os demais passivos são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridos.

(i) Imposto de renda

Os encargos tributários são calculados com base na legislação fiscal vigente, com alíquota de imposto de renda de 15%, acrescido, do adicional de 10%. A Companhia não é contribuinte da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Nota 13 (d)).

A Companhia gozou de benefícios fiscais de isenção do imposto de renda até 31 de dezembro de 2007, sobre o lucro da exploração decorrente da produção industrial relativa à capacidade de 175.200 toneladas/ano de LAB – Alquilbenzeno Linear e 80.000 toneladas/ano de LAS – Linear Alquilbenzeno Sulfonado. A provisão para imposto de renda é constituída com a inclusão do incentivo fiscal. A administração da Companhia está pleiteando o benefício de redução do imposto de renda no percentual de 12,5% para 2009 a 2013, e aguarda decisão do processo em análise pela SUDENE.

O imposto de renda diferido foi reconhecido considerando a alíquota vigente sobre as diferenças temporárias, na extensão em que sua realização / exigibilidade seja provável (Nota 15 (b) e (c)).

2.2 - Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e interpretações de normas relacionadas a seguir, foram publicadas e são obrigatórias para os exercícios sociais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2010. Além dessas, também foram publicadas outras normas e interpretações que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, como parte do processo de convergência com as normas internacionais. As normas a seguir são apenas aquelas que poderão impactar as demonstrações financeiras da Companhia de forma mais relevante. Nos termos dessas novas normas, as cifras do exercício de 2009, aqui apresentadas, deverão ser reapresentadas para fins de comparação. A Companhia não adotou antecipadamente essas normas no exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(a) Pronunciamentos

- CPC 16 - Estoques
- CPC 20 - Custos de empréstimos
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erros
- CPC 24 - Eventos subsequentes
- CPC 25 - Provisões, passivos e ativos contingentes
- CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis
- CPC 27 - Ativo imobilizado
- CPC 30 - Receitas
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro
- CPC 33 - Benefícios a empregados
- CPC 37 - Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade
- CPC 38 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração
- CPC 39 - Instrumentos financeiros: apresentação
- CPC 40 - Instrumentos financeiros: evidênciação

(b) Interpretações

- ICP 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos
- ICP 09 - Demonstrações contábeis individuais, separadas, consolidadas e aplicação do método de equivalência patrimonial
- ICP 10 - Esclarecimentos sobre os CPC 27 e CPC 28

3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são instrumentos financeiros classificados como mantidos para negociação, e referem-se na sua maioria, a operações de renda fixa em moeda nacional, com vencimentos originais em prazos superiores a 90 dias, indexadas à variação dos Certificados de Depósitos Interfinanceiros ("CDI") e Certificados de Depósitos Bancários ("CDB"), com liquidez imediata.

A Companhia busca manter um volume de aplicações financeiras suficiente para fazer frente: (i) à sua necessidade de capital de giro; (ii) aos investimentos orçados no plano de negócios; e (iii) a eventuais condições adversas resultantes de decisões judiciais.

No ano de 2009 foram utilizados o montante de R\$ 148.079 para pagamento de dividendos e o montante de R\$ 87.464 para pagamento à vista de contingências, conforme Lei nº 11.941/09 e MP nº 470 (Nota 13 (a)).

4. Contas a receber de clientes

	2009	2008
Clientes no país	98.061	63.844
Clientes no exterior	10.570	24.453
Adiantamentos de contratos de exportação	-	(12.560)
Provisão para devedores duvidosos	(920)	(358)
	<u>107.711</u>	<u>75.379</u>

Do saldo a receber de clientes no exterior, em 31 de dezembro de 2009, o montante de R\$ 265 refere-se a partes relacionadas (Nota 7).

5. Estoques

	2009	2008
Produtos acabados	25.262	41.130
Produtos em processo	1.024	902
Matérias-primas	10.512	25.245
Almoxarifado	1.840	2.395
Importações em andamento	228	586
Adiantamento a fornecedores	1.937	2.245
Materiais secundários	2.817	-
	<u>43.620</u>	<u>72.503</u>

6. Impostos e contribuições a recuperar

	2009	2008
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS")	1.224	4.064
ICMS sobre ativo imobilizado	457	505
Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI")	-	1.446
Imposto de renda ("IR")	12.099	390
IR retido na fonte sobre aplicações financeiras	3.710	29
Outros	665	258
	<u>18.155</u>	<u>6.692</u>
Circulante	<u>(17.777)</u>	<u>(6.407)</u>
Não circulante	<u>378</u>	<u>285</u>

Continua >>>



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

>>> Continuação

7. Saldos e transações com partes relacionadas

(a) Transações e saldos

	Saldos			Transações			
	Ativo Circulante - Fornecedores	Passivo não circulante - Partes relacionadas		Vendas de produtos	Matérias-primas adquiridas		
	2009	2009	2008	2009	2008	2009	2008
Acionistas e controlada:							
Cepsa Química S.A. (Nota 4)	265	-	-	899	755	93.644	107.263
Detenpar Empreendimentos Ltda. ("Detenpar")	-	3.757	3.786	-	-	-	-
Petrobras S.A.	-	-	-	-	-	111.831	142.043
	<u>265</u>	<u>3.757</u>	<u>3.786</u>	<u>899</u>	<u>755</u>	<u>205.475</u>	<u>249.306</u>

Em vendas de produtos são apresentadas as transações relativas à venda de ALP - Alquilado Pesado. Em clientes e matérias-primas adquiridas são apresentados os saldos e os montantes pagos, respectivamente, na aquisição de Normal Parafina para a fabricação dos tensoativos, detergentes biodegradáveis e produtos químicos em geral, produzidos pela Companhia. Essas transações não são realizadas em condições de preços e prazos equivalentes às médias praticadas com terceiros.

Os saldos mantidos em mútuo não são remunerados.

(b) Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os diretores e membros do comitê executivo. A remuneração paga por serviços de empregados no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$ 2.721 (2008 - R\$ 2.396).

9. Imobilizado e Intangível

(a) Imobilizado

	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Outros	Total em operação	Obras em andamento	Imobilizado total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.773	6.902	58.288	112	705	3.278	71.058	10.662	81.720
Aquisições	-	99	663	4	11	6.630	7.407	5.916	13.322
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	258	(90)	-	(90)
Transferências (Nota 9 (b) e 10)	-	393	21.610	172	53	(7.968)	14.260	(12.068)	2.192
Depreciação	-	(512)	(9.366)	(58)	(110)	(10)	(10.056)	-	(10.056)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>1.773</u>	<u>6.882</u>	<u>70.847</u>	<u>230</u>	<u>659</u>	<u>2.188</u>	<u>82.579</u>	<u>4.509</u>	<u>87.088</u>
Custo total	1.773	12.923	231.860	702	2.353	5.388	254.999	4.509	259.508
Depreciação acumulada	-	(6.041)	(161.013)	(472)	(1.694)	(3.200)	(172.420)	-	(172.420)
Valor residual	<u>1.773</u>	<u>6.882</u>	<u>70.847</u>	<u>230</u>	<u>659</u>	<u>2.188</u>	<u>82.579</u>	<u>4.509</u>	<u>87.088</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	1.773	6.882	70.847	230	659	2.188	82.579	4.509	87.088
Aquisições	-	5	27	-	69	4.140	4.241	8.168	12.409
Baixas líquidas	-	-	-	-	-	(1)	(1)	-	(1)
Transferências (Nota 9 (b) e 10)	-	135	12.289	80	108	(3.920)	8.692	(9.027)	(335)
Depreciação	-	(481)	(10.953)	(78)	(118)	(11)	(11.641)	-	(11.641)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>1.773</u>	<u>6.541</u>	<u>72.210</u>	<u>232</u>	<u>718</u>	<u>2.396</u>	<u>83.871</u>	<u>3.650</u>	<u>87.521</u>
Custo total	1.773	13.063	243.999	782	2.524	5.606	267.747	3.650	271.397
Depreciação acumulada	-	(6.522)	(171.789)	(550)	(1.806)	(3.210)	(183.876)	-	(183.876)
Valor residual	<u>1.773</u>	<u>6.541</u>	<u>72.210</u>	<u>232</u>	<u>718</u>	<u>2.396</u>	<u>83.871</u>	<u>3.650</u>	<u>87.521</u>
Taxas anuais de depreciação - %		4	5	20	5	Até 4			

A depreciação do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 11.279 (2008 - R\$ 9.706) e as despesas, R\$ 362 (2008 - R\$ 350).

Certos bens do ativo imobilizado estão dados em garantia de operações de financiamentos (Nota 12).

A companhia efetuou a baixa pela venda de ativos imobilizados, cuja receita de vendas foi de R\$ 101 (2008 - R\$ 326), registrada na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas, no resultado do exercício.

As obras em andamento correspondem, principalmente, a melhorias operacionais para aumento da vida útil-econômica das máquinas e equipamentos, projetos nas áreas de manutenção e produção, além de programas nas áreas de saúde, tecnologia e segurança, cujos prazos de encerramento médios estão previstos para 31 de dezembro de 2010.

A Companhia adota como prática contábil o registro dos gastos com paradas programadas para manutenção diretamente no custo de fabricação quando realizadas, visto que as mesmas são efetuadas anualmente. No exercício de 2009, foi alocado ao resultado o montante de R\$ 3.924 (2008 - R\$ 2.961) relativos as respectivas paradas.

(b) Intangível

	Softwares
Saldos em 31 de dezembro de 2007	4.509
Aquisições	592
Transferência entre ativos (nota 9 (a))	300
Amortização	(552)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>4.849</u>
Custo total	6.270
Amortização acumulada	(1.421)
Valor residual	<u>4.849</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	4.849
Aquisições	539
Transferência entre ativos (nota 9 (a))	335
Amortização	(591)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>5.132</u>
Custo total	7.144
Amortização acumulada	(2.012)
Valor residual	<u>5.132</u>
Taxas anuais de amortização - %	10

A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 31 (2008 - R\$ 34) e a despesa, R\$ 560 (2008 - R\$ 518).

	Gastos de implantação	Catalisadores e outros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007	1.293	2.629	3.922
Transferência entre ativos (nota 9 (a))	(133)	(2.358)	(2.491)
Amortização	(548)	(271)	(819)
Saldos em 31 de dezembro de 2008	<u>612</u>	<u>-</u>	<u>612</u>
Custo total	1.183	-	1.183
Amortização acumulada	(571)	-	(571)
Valor residual	<u>612</u>	<u>-</u>	<u>612</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2008	612	-	612
Amortização	(151)	-	(151)
Saldos em 31 de dezembro de 2009	<u>461</u>	<u>-</u>	<u>461</u>
Custo total	1.032	-	1.032
Amortização acumulada	(571)	-	(571)
Valor residual	<u>461</u>	<u>-</u>	<u>461</u>
Taxas anuais de amortização - %	10		

A amortização do exercício alocada ao custo de produção é de R\$ 150 (2008 - R\$ 800) e a despesa, R\$ 1 (2008 - R\$ 19).

Adicionalmente, foram pagos aos diretores valores a títulos de participação nos resultados, no montante de R\$ 572 (2008 - R\$ 560), que estão apresentados na rubrica Participação dos empregados e administradores nos resultados, na demonstração do resultado.

8. Investimentos

	2009	2008
Investimento em controlada (a) e (b)	3.763	3.792
Outros investimentos avaliados ao custo (c)	1.576	1.577
	<u>5.339</u>	<u>5.369</u>

(a) Informações sobre o investimento em controlada

	2009	2008
Quantidade de quotas possuídas (em milhares)	1.328.913	1.328.913
Participação no capital integralizado - %	100%	100%
Patrimônio líquido ajustado	3.763	3.792
Prejuízo do exercício	(29)	(2)

(b) Movimentação do investimento em controlada

	2009	2008
Saldo do investimento no início do exercício	3.792	3.794
Equivalência patrimonial	(29)	(2)
Saldo do investimento no final do exercício	<u>3.763</u>	<u>3.792</u>

A controlada Detenpar atualmente encontra-se com as atividades operacionais paralisadas. Os ativos desta controlada estão registrados a valores próximos aos de realização. A administração da Companhia avalia um novo objetivo social para essa controlada.

(c) Outros investimentos avaliados ao custo

Referem-se basicamente a investimentos provenientes de incentivos fiscais de apoio a cultura no montante de R\$ 1.398, em 31 de dezembro de 2009 e 2008.

11. Fornecedores

	2009	2008
Fornecedores nacionais	7.923	6.343
Fornecedores estrangeiros	-	482
	<u>7.923</u>	<u>6.825</u>

12. Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros anuais	2009	2008
Moeda Estrangeira			
Capital de giro			
ACC - Adiantamento de contrato de câmbio	U.S. Dólar + juros de 0,45 a 2,05 %	13.300	-
Moeda Nacional			
Capital fixo			
FINAME	TJLP + juros de 3,5 a 5%	-	605
		<u>13.300</u>	<u>605</u>

Como garantias para os empréstimos e financiamentos contratados, a Companhia ofereceu bens do seu ativo imobilizado à título de hipoteca, no montante de R\$ 5.571 (2008 - R\$ 5.571).

13. Provisão para contingências e depósitos judiciais

A Companhia questiona judicialmente a legalidade da cobrança de determinados impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, bem como de processos de natureza trabalhista. Com base no posicionamento dos seus assessores jurídicos externos, a Companhia, em 31 de dezembro de 2009, mantém provisão para perdas prováveis com estes processos, em montantes considerados suficientes. A Companhia mantém ainda depósitos judiciais para fazer face a estes processos, os quais são atualizados pela taxa SELIC, conforme demonstrado a seguir:

	Depósitos judiciais		Provisão para contingências	
	2009	2008	2009	2008
Cíveis e trabalhistas	641	569	747	747
IPI - Crédito sobre insumos (a)	-	-	8.599	354.258
Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL (b)	-	-	-	42.709
IPI e Imposto sobre importações ("II") sobre importações de catalisadores (c)	944	917	525	519
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (d)	31.363	29.693	-	-
Contribuições previdenciárias - INSS (e)	-	-	-	3.946
PIS compensado com IPI / PIS LC 07/70 (f)	5.690	5.184	-	-
COFINS compensado com IPI	824	758	-	-
	<u>39.424</u>	<u>37.121</u>	<u>9.871</u>	<u>402.179</u>

(a) IPI - Crédito sobre insumos

Em 18 de dezembro de 2001, a Companhia obteve decisão favorável em Mandado de Segurança com Acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal ("TRF") da 1ª região, assegurando o direito de compensar os créditos de IPI oriundos das entradas de produtos imunes, isentos, submetidos à alíquota zero ou não tributados, com os débitos futuros do IPI, observando o prazo prescricional quinquenal, contado dos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação.

Em 24 de outubro de 2007, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), baseado em suas decisões plenárias precedentes sobre a matéria, julgou o Recurso Extraordinário ("RE") interposto pela Fazenda Nacional, dando provimento ao mesmo, no sentido de excluir o crédito de IPI nas operações de aquisição de matérias-primas ou de insumos isentos, não-tributados ou sujeitos à alíquota zero, tal seja a especificidade do contexto em exame, sem menção aos créditos originários da imunidade. A decisão do STF foi objeto de Agravo Regimental, que ainda se encontrava pendente de julgamento, no qual se questiona a exclusão do direito aos créditos no caso da isenção, haja vista que existem outras decisões do próprio STF, mantendo o direito para tal hipótese de não incidência, bem como o fato da Fazenda Nacional não ter questionado no seu RE os créditos originários do item imunidade, deixando entender que a mesma conformou-se com a Decisão do TRF da 1ª Região, que reconheceu o direito a tais créditos. Conservadoramente, a Companhia achou por bem submeter a questão à apreciação do STF.

Continua>>>


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
>> Continuação

Em 28 de novembro de 2007, a Companhia protocolou no STF uma Ação Cautelar, com pedido para aquele tribunal emprestar o efeito suspensivo ao Agravo Regimental, até a decisão das matérias devolvidas à apreciação do mesmo. O Ministro Relator deferiu a Liminar "ad referendum" da Colenda Segunda Turma em 29 de novembro de 2007, cuja Turma, por votação unânime, referendou na íntegra em 4 de dezembro de 2007, a decisão proferida pelo Ministro Relator.

Em função da Decisão do STF, publicada em 13 de novembro de 2007, a Companhia recolheu os créditos compensados originários de aquisições de matérias-primas e insumos não-tributados e tributados à alíquota zero, itens não constantes do Agravo Regimental, no total de R\$ 142.290 incluindo juros, entretanto sem multas, já que as compensações estavam amparadas por decisão judicial.

Ao longo do segundo semestre de 2007, a Companhia foi intimada das decisões que não homologaram os pedidos de compensação dos créditos em questão, com outros tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal (PIS/COFINS e IRPJ), contra os quais a Companhia apresentou manifestações de inconformidade, bem como propôs, quando necessário, as respectivas medidas judiciais para garantir a discussão do débito na esfera administrativa e a consequente suspensão da exigibilidade.

Em 2008, a Companhia tomou ciência da lavratura do auto de infração referente às compensações dos créditos de IPI efetuadas no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2007, cuja a exigibilidade do tributo foi suspensa por força da medida cautelar 1886-2, até decisão final do processo no STF, com objetivo de prevenir a decadência. A Companhia, tempestivamente protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal, sustentando o direito às compensações com base no processo judicial pendente de julgamento no STF, anteriormente citado.

Em outubro de 2009, a administração da Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos, fizeram uma reavaliação quanto às possibilidades de desfecho do processo no STF, tendo em vista os benefícios dispostos na Medida Provisória 470, de 13 de outubro de 2009, e decidiu por desistir do processo e efetuar o pagamento dos débitos em doze parcelas mensais, vencendo a primeira em novembro de 2009, com desconto de 90% nos juros de mora.

Até 28 novembro de 2009, a Companhia mantinha registrado no passivo não circulante o montante de R\$ 382.106, referente à provisão para contingência relacionada à compensação do IPI de competência do período de janeiro de 2003 a setembro de 2009, incluindo juros. Não havia provisão de multa, uma vez que a administração da Companhia entendia que, caso a decisão final fosse favorável a União, não haveria incidência.

Consequentemente, em função do referido desconto, a Companhia obteve um ganho pela reversão da provisão de juros, no montante de R\$103.098, apropriado ao resultado do exercício, na mesma rubrica onde originalmente foi registrada, como despesas financeiras (Nota 16).

Adicionalmente, também foi apropriada ao resultado do exercício, a reversão da provisão de multas aplicadas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRFB"), sobre as compensações de crédito de IPI com outros tributos (PIS, COFINS e IRPJ), na mesma rubrica onde originalmente foi registrada (Outras despesas operacionais, líquidas), no montante de R\$ 2.420.

O valor do parcelamento foi transferido para o passivo circulante, na rubrica de Impostos parcelados. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo residual desse parcelamento é de R\$ 233.487, equivalente a dez parcelas vincendas.

(b) Fundo de Investimento Social – FINSOCIAL

A Companhia, suportada em ação de repetição de indébito fiscal, em jurisprudência formada no Supremo Tribunal Federal - STF acerca da inconstitucionalidade da majoração da alíquota de 0,5% até 2%, e principalmente na opinião de seus consultores jurídicos, em 31 de dezembro de 1992, registrou contabilmente os créditos, atualizados monetariamente, de contribuições ao FINSOCIAL, referentes aos recolhimentos efetuados a alíquota superior a 0,5%, ocorridos entre o período de setembro de 1989 a março de 1992. Posteriormente, a Companhia compensou o total dos referidos créditos, com os pagamentos da COFINS nos exercícios de 1999 a 2001.

Em 10 de dezembro de 2003, a Secretaria da Receita Federal ("SRF") lavrou auto de infração relativo à cobrança da COFINS pela falta ou insuficiência de recolhimento relativo aos exercícios de 1999 a 2001, no valor de R\$ 41.560, contra a qual foi interposta defesa administrativa, e que aguarda desfecho do processo.

Segundo entendimento da SRF, a atualização monetária dos créditos calculada pela Companhia e utilizada na compensação, não tem previsão legal, razão pela qual a Companhia mantinha provisionado até outubro de 2009 o montante de R\$ 46.773, referente à citada atualização.

Em função dos dispositivos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos, fizeram uma reavaliação quanto às possibilidades de êxito dessa demanda jurídica, e decidiram por liquidar o processo e efetuar o pagamento à vista, no montante de R\$ 24.392, com desconto de 100% das multas de mora e de ofício e 45% dos juros de mora, o que gerou um ganho de R\$ 22.381, pela reversão de parte da provisão de multa e juros apropriada ao resultado do exercício, na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas.

(c) IPI e II sobre importações de catalisadores

A Companhia discute judicialmente a incidência de Imposto sobre Produtos Industrializados e Imposto de Importação sobre a importação de catalisadores enviados para regeneração no exterior. Nesse sentido, efetuou depósitos judiciais dos valores devidos, que até 31 de dezembro de 2009 totalizam R\$ 944 (2008 - R\$ 917). A administração da Companhia mantém provisão de R\$ 526 (2008 - R\$ 519).

(d) Contribuição Social sobre o Lucro Líquido

Em 2002, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") referente aos exercícios fiscais de 1997 a 2002, pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, que não foi realizado em função da Companhia ser beneficiária de sentença judicial transitada em julgado. A SRF alegou que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e lavrou Autos de Infração no montante de R\$ 58.604, acrescido de multa e juros.

A Companhia protocolou defesa administrativa dirigida à Delegacia de Julgamento da Receita Federal e impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar, efetuando depósito judicial de R\$ 16.889, referente ao exercício fiscal de 2002, obtendo decisão favorável em primeira instância, visando evitar novas autuações por parte da Receita Federal, até decisão final dos autos em discussão. A União recorreu desta decisão, estando o processo em tramitação para apreciação do recurso.

Em 13 de Junho de 2007, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro, referente aos exercícios fiscais de 2002 a 2004, alegando que tal sentença não mais resguardava a Companhia, e para prevenir da decadência foi lavrado Auto de Infração no montante de R\$ 46.611, acrescido de multa isolada e juros.

Em 16 de fevereiro de 2009, a Companhia voltou a ser autuada pela Secretaria da Receita Federal ("SRF") pelo não recolhimento da Contribuição Social sobre o Lucro referente aos exercícios fiscais de 2005 a 2007, sob as mesmas alegações das autuações anteriores e para prevenir da decadência, no montante de R\$ 46.929, acrescido de multa isolada e juros.

Em 31 de dezembro de 2009, o saldo do depósito judicial atualizado é de R\$ 31.363 (2008 - R\$ 29.693).

A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera reversão da sentença judicial transitada em julgado que isentou a Companhia do recolhimento da referida contribuição para os exercícios fiscais de 1988 e anos subsequentes. Desta forma, não foi constituída provisão para fazer face a estes autos de infração e para os exercícios seguintes não revisados pela fiscalização da Receita Federal.

(e) Contribuições Previdenciárias - INSS

A Companhia foi autuada pelo INSS referente ao período de abril de 1999 a julho de 2005, através de diversos autos de infração – AI e notificações fiscais de lançamento de débito – NFLD no montante de R\$ 15.449, relativos aos seguintes itens: i) não inclusão dos reembolsos de despesas de transportes de funcionários na base cálculo da contribuição previdenciária; ii) não retenção da contribuição previdenciária sobre serviços executados, através de cessão de mão-de-obra ou empreitada; iii) não recolhimento do acréscimo de 6% na alíquota da contribuição, face a existência no ambiente de trabalho do agente "benzeno"; iv) não recolhimento da contribuição previdenciária sobre a remuneração de administradores "expatriados"; v) e aplicação de penalidades pecuniárias por não inclusão nas Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP das verbas descritas anteriormente. Foram interpostas defesas administrativas, tempestivamente, que aguardam julgamento pela Delegacia do INSS.

A Companhia mantinha registrado até outubro de 2009, a provisão de R\$ 4.122 (2008 - R\$ 3.946). Em função dos dispositivos da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, a administração da Companhia em conjunto com seus assessores jurídicos, fizeram uma reavaliação quanto às possibilidades de êxito dessa demanda jurídica, e decidiram por liquidar o processo e efetuar o pagamento à vista, no montante de R\$ 15.231, do período lançado e não lançado pelo INSS, com desconto de 100% das multas de mora e de ofício e 45% dos juros de mora. Com o complemento da provisão, a Companhia apurou uma perda de R\$ 11.109, apropriada ao resultado do exercício, na rubrica de Outras despesas operacionais, líquidas.

(f) PIS compensado com IPI / PIS LC 07/70

Refere-se basicamente a depósito judicial efetuado em 28 de novembro de 2008, no montante de R\$ 4.910, como garantia no processo de Embargos de Execução Impetrado pela Secretaria da Receita Federal, referente a cobranças de diferenças no recolhimento de PIS (Decretos Lei nºs 2.449 e 2.449/98 versus LC 07/70) do período de março de 1993 a dezembro de 1996. A Administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, não espera perdas para esse processo, e não constituiu provisão para eventuais perdas provenientes desse processo.

14. Patrimônio líquido
(a) Capital autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$ 213.100.

(b) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 213.056 (2008 - R\$ 204.945), representado da seguinte forma (em lotes de mil ações):

	2009	2008
Ações ordinárias	96.973.174	93.193.225
Ações preferenciais Classe "A"	33.929	32.606
Ações preferenciais Classe "B"	2.320.666	2.320.666
	<u>99.327.769</u>	<u>95.546.497</u>

Em 20 de março de 2009, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária, aumento de capital no valor total de R\$ 8.111 com emissão de 3.779.949 lotes de mil ações ordinárias e 1.323 lotes de mil ações preferenciais Classe "A", mediante capitalização da reserva de incentivo fiscal de imposto de renda conforme Lei nº 4.239/63, referente ao exercício de 2007. (2008 - R\$ 11.802, com a emissão de 5.499.918 lotes de mil ações ordinárias e 1.924 lotes de mil ações preferenciais Classe "A").

(c) Direitos das ações

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade na distribuição de dividendos não cumulativos, em dinheiro, até o limite de 6% ao ano, sobre o seu respectivo valor unitário. Aos titulares de ações de qualquer espécie será atribuído, em cada exercício social, um dividendo não inferior a 25% do lucro líquido, calculado nos termos da legislação societária. As ações preferenciais Classe "B" não participarão dos lucros remanescentes, após o recebimento do dividendo mínimo.

Após o pagamento do dividendo às ações ordinárias, igual ao dividendo prioritário pago às ações preferenciais Classes "A" e "B", as ações Classe "A" participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição do lucro remanescente e na distribuição de ações resultantes de reservas ou lucros.

É assegurada a prioridade no reembolso do capital às ações preferenciais Classes "A", no caso de dissolução da Companhia.

(d) Reserva de capital - Incentivo fiscal

Na hipótese de existir lucro decorrente das operações isentas, conforme benefícios fiscais descritos na Nota 2.1 (i), até 31 de dezembro de 2007, o valor correspondente ao imposto de renda a pagar era debitado no resultado do exercício e creditado na reserva de capital, e somente poderá ser utilizado para aumento de capital ou para absorção de prejuízos acumulados. No exercício de 2008, houve um complemento no saldo dessa reserva num montante de R\$ 104, referente a ajustes na declaração de imposto de renda do exercício de 2007.

O saldo da reserva existente, em 31 de dezembro de 2008, foi utilizado para aumento de capital em março de 2009 (Nota 14 (b)).

(e) Reserva legal

Reserva constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a reserva legal foi adicionada em R\$ 6.644 (2008 - R\$ 3.288).

(f) Dividendos - Os dividendos pagos e propostos, são demonstrados como segue:

	2009	2008
Lucro líquido do exercício	132.877	65.764
Constituição da reserva legal - 5%	(6.644)	(3.288)
Saldo de lucro de anos anteriores	-	8.766
Base de cálculo dos dividendos	<u>126.233</u>	<u>71.242</u>
Dividendos mínimos e obrigatórios:		
Ações ordinárias	31.249	17.506
Ações preferenciais Classe "A"	11	6
Ações preferenciais Classe "B" (i)	299	299
25% sobre a base de cálculo dos dividendos	<u>31.558</u>	<u>17.811</u>
Dividendos propostos, por lote de mil ações:		
Ações ordinárias - R\$ 1,298 (2008 - R\$ 0,760)	125.890	70.918
Ações preferenciais classe "A" R\$ 1,298 (2008 - R\$ 0,760)	44	25
Ações preferenciais classe "B" R\$ 0,128 (2008 - R\$ 0,128) (i)	<u>299</u>	<u>299</u>
	<u>126.233</u>	<u>71.242</u>
% sobre a base de cálculo	100%	100%
Dividendos antecipados	<u>87.781</u>	<u>10.815</u>
Dividendos a pagar, líquido de antecipações	<u>38.581</u>	<u>60.427</u>

(i) Essa classe de ação faz jus apenas aos dividendos mínimos, conforme estatuto. A administração da Companhia propôs a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$ 38.452, registrado no passivo circulante, até a deliberação definitiva posterior em ata de assembleia geral.

15. Imposto de renda
(a) Reconciliação da despesa do imposto de renda

Os valores de imposto de renda demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	2009	2008
Lucro antes do imposto de renda	178.394	88.341
Adições permanentes	2.640	2.192
Adições temporárias	28.987	28.859
Exclusões permanentes	(7)	-
Exclusões temporárias	<u>(167.054)</u>	<u>(6.793)</u>
Lucro real	42.960	112.599
Alíquota do imposto - %	25	25
Imposto à alíquota da legislação	10.740	28.150
Deduções fiscais	(54)	(57)
Outros	271	-
Imposto de renda sobre o lucro real	<u>10.917</u>	<u>28.093</u>
Imposto de renda sobre adições temporárias	33.941	(6.010)
Imposto de renda sobre exclusões temporárias	619	494

(b) Créditos tributários - Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido decorre das diferenças temporárias, principalmente atualizações das provisões para contingências fiscais e está demonstrado no ativo não circulante conforme sua expectativa de realização.

O saldo do imposto de renda diferido ativo foi apurado com base no cálculo demonstrado a seguir:

	2009	2008
Adições ao resultado contábil decorrente de provisões temporariamente não dedutíveis	19.066	154.833
Alíquota - %	25	25
	<u>4.767</u>	<u>38.708</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Saldo no início do exercício	38.708	32.696
Adições	7.247	7.215
Baixas	(41.188)	(1.205)
	<u>(33.941)</u>	<u>6.010</u>
Saldo no fim do exercício	<u>4.767</u>	<u>38.708</u>


NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
>>> Continuação

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, estima que tal imposto será efetivamente realizado pela compensação / exclusões com lucros tributáveis futuros, principalmente quando da decisão dos processos judiciais em curso.

(c) Débitos tributários – Imposto de renda diferido

O imposto de renda diferido decorre da diferença temporária, relativa a atualização do depósito judicial da contribuição social sobre o lucro (Nota 13 (d)), está demonstrado no passivo não circulante conforme sua expectativa de realização.

O saldo do imposto de renda diferido passivo foi apurado com base no cálculo demonstrado a seguir:

	2009	2008
Exclusões ao resultado contábil decorrente de variação monetária ativa não tributável	11.809	9.335
Alíquota – %	25	25
	<u>2.952</u>	<u>2.334</u>

A movimentação está demonstrada a seguir:

	2009	2008
Saldo no início do exercício	2.334	1.840
Adições	619	494
Saldo no fim do exercício	<u>2.952</u>	<u>2.334</u>

A administração da Companhia, fundamentada na expectativa de decisão final do processo judicial que discute as autuações da CSL, estima que tal imposto será efetivamente liquidado quando da referida decisão.

16. Resultado financeiro

	2009	2008
Despesas financeiras		
Variação monetária passiva	(37.245)	(31.326)
Ajuste em provisões para contingências (Nota 13 (a))	103.098	-
Outros	(750)	(1.532)
	<u>65.103</u>	<u>(32.858)</u>
Receitas financeiras		
Juros de aplicações financeiras	38.797	44.030
Outros	3.948	4.791
	<u>42.745</u>	<u>48.821</u>

17. Instrumentos financeiros

A Companhia participa em operações com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalente de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos, com o objetivo de administrar a disponibilidade financeira de suas operações, suprir as necessidades eventuais de caixa, garantir o fornecimento de matéria-prima e manter seu endividamento em níveis compatíveis.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a doze meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, inclusive as taxas de remuneração contratadas, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

A administração dos riscos envolvidos nessas operações é efetuada através de mecanismos do mercado financeiro que minimizam a exposição dos ativos e passivos da Companhia, protegendo seu patrimônio.

A Companhia não participou de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros instrumentos especulativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008.

(a) Risco de taxa de câmbio

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em dólares estadunidenses nos montantes de R\$ 10.570 e R\$ 13.300 (2008 – R\$ 11.892 e R\$ 482), respectivamente, não tendo contratado instrumento para proteger essa exposição nessa data.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente ligada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

(c) Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as referidas taxas, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade das mesmas.

18. Entidade de Previdência Privada – Fundo Multipatrocinado IHPREV

A Companhia financia um plano de benefícios previdenciários para seus empregados, o qual é administrado pelo Fundo Multipatrocinado IHPREV ("IHPREV").

A IHPREV tem como principal objetivo a complementação de benefícios assegurados e prestados pela Previdência Oficial. Para consecução de seus objetivos a IHPREV recebe contribuições mensais das empresas mantenedoras e de seus participantes, calculadas atuarialmente com base na remuneração mensal dos empregados. As contribuições da Companhia, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, totalizaram R\$ 1.218 (2008 – R\$ 1.124).

Conforme disposição estatutária da IHPREV, até 1997 as empresas patrocinadoras são solidariamente responsáveis pelas obrigações contratadas pela Entidade com seus participantes e dependentes, calculados atuarialmente. Conforme Regulamento do Novo Plano de Previdência a Companhia continua com as obrigações inerentes ao antigo plano de benefícios para os participantes assistidos (40 funcionários) e os participantes ativos remanescentes (7 funcionários). No Novo Plano de Contribuição Definida não existe essa obrigação (237 funcionários).

O plano de benefícios previdenciários foi avaliado atuarialmente e as principais premissas atuariais utilizadas (expressas por médias ponderadas) são demonstrados conforme segue:

	2009	2008
Taxa de desconto da obrigação atuarial	11,50%	10,75%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	11,50%	10,75%
Aumentos salariais futuros	5,55%	5,55%
Aumentos futuros de benefícios	4,50%	4,50%

Os valores justos, não auditados, dos ativos do plano, no montante de R\$ 9.882 (2008 – R\$ 9.268) foram apurados com base nos parâmetros de mercado existentes em 31 de dezembro de 2009, ou quando aplicável, pela projeção dos benefícios futuros derivados da utilização do ativo, descontado a valor presente.

Com base no parecer do atuário independente, com data de 23 de dezembro de 2009, foi apurado ativo atuarial, determinado pelo Método do Crédito Unitário Projetado, no montante de R\$ 3.015 (2008 – R\$ 2.169), conforme demonstrado a seguir:

	2009	2008
Ativo atuarial		
Valor presente da obrigação atuarial	6.867	7.099
Valor justo dos ativos do plano	9.882	9.268
Superávit do plano	3.015	2.169
Ganhos atuariais não reconhecidos	1.805	1.284

Como o regulamento do Plano de Benefício Definido não prevê que o ativo atuarial possa ser usado para reduzir contribuições futuras de patrocinadoras ou que possa ser reembolsado, a Companhia não efetuou qualquer registro relativo a esses ativos.

Até a presente data, as demonstrações financeiras da IHPREV, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, não estavam disponíveis, e a Companhia não foi solicitada a efetuar qualquer complementação das reservas técnicas, visto não existir déficits.

19. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e suas operações, através da contratação de seguros na modalidade "all risks", com fixação de valor para dano máximo provável. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro com terceiros:

Ramos	Importância segurada
Responsabilidade civil	30.000
Multi-riscos (estoques em poder de terceiros)	21.006
Riscos operacionais, incluindo os lucros cessantes	506.705
Responsabilidade civil administradores e diretores	17.500
Veículos	1.027

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DOMINIQUE DE RIBEROLLES
 Presidente
IRUNDI SAMPAIO EDELWEISS
FEDERICO MOLINA FELIX
FERNANDO ITURRIETA GIL
PAULO CEZAR AMARO AQUINO
ANTONIO AUGUSTO ALMEIDA FARIA

DIRETORIA

JOSÉ LUIS GONÇALVES DE ALMEIDA
 DIRETOR GERAL
SERGIO RODOLFO BARTOLINI SPIELER
 DIRETOR COMERCIAL
HILDEBRANDO JOSÉ CAMPOS GONSALES
 DIRETOR FINANCEIRO
COORDENADOR DE CONTROLADORIA
SILVIO ROBERTO ROMÃO DA SILVA - CRC - BA - 19.522/O-8 - TC

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da DETEN QUÍMICA S.A., em reunião realizada nesta data, cumprindo o que determinam os incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, compreendendo o Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e a Proposta da Administração para a Destinação do Resultado. Com base nos exames efetuados e considerando ainda o Parecer dos Auditores Independentes PricewaterhouseCoopers, de 22 de janeiro de 2010, e entendendo que as peças acima citadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e econômico-financeira da empresa, e que tais documentos estão em conformidade com as disposições legais e pertinentes à matéria, o Conselho Fiscal, por unanimidade de seus membros, opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos, à Assembleia Geral de Acionistas, para aprovação.

Camaçari, 26 de fevereiro de 2010.

Henrique Dias Carneiro
Mario Antonio Nogueira
Fernando Antonio de Carvalho Paes de Andrade
José Elias da Silva
Cesar Marques Barreto

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos administradores e Acionistas
 Deten Química S.A.

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Deten Química S.A. ("Companhia") em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações financeiras apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Deten Química S.A. em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos exercícios findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme descrito na Nota 7 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém relações e transações em montantes significativos com seus controladores. A posição patrimonial e financeira e os resultados de suas operações podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações realizadas apenas com partes não relacionadas.

Salvador, 22 de janeiro de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS 

Auditores Independentes
 CRC 2SP00160/O-5 "F" BA

Fábio Cajazeira Mendes
 Contador CRC 1SP196825/O-0 "S" BA